

Observações sobre o behaviorismo teleológico: parte II

(Remarks on teleological behaviorism: part II)

Filipe Lazzeri¹

Universidade de São Paulo
(Brasil)

RESUMO

Este artigo é a segunda parte de um trabalho maior cujo objetivo é discutir o behaviorismo teleológico de H. Rachlin. O âmbito desta segunda parte é duplo, a saber, a ênfase de Rachlin em comportamentos manifestos como componentes das relações que formam condições de verdade de predicções psicológicas ordinárias; e sua teleologia. Levantam-se, aqui, algumas ponderações à exclusão de Rachlin de comportamentos encobertos, alentando a hipótese de que há fatores não manifestos envolvidos, ainda que apenas em parte e em alguns casos, na veracidade de predicções em questão. Além disso, o artigo sugere, com base na análise etiológica da noção de função, um entendimento evolucionista de aspectos da teleologia de Rachlin, assim aproximando-a do teleofuncionalismo (mas sem mentalismo). A partir das observações feitas neste artigo e na primeira parte do trabalho maior, emerge um esboço de uma perspectiva alternativa (a ser aprofundada e expandida), a qual pode ser chamada de behaviorismo teleofuncional.

Palavras-chave: Predicações psicológicas; Comportamento; Comportamento encoberto; Behaviorismo; Behaviorismo teleológico; Rachlin; Função; Teleofuncionalismo; Seleção pelas consequências; Skinner.

ABSTRACT

This article is the second part of a larger work whose aim is to discuss H. Rachlin's teleological behaviorism. The scope of this second part is twofold, *viz.*, Rachlin's emphasis upon overt behaviors as components of the relations that are truth conditions for ordinary psychological predications; and the teleology he suggests. Some objections to Rachlin's exclusion of covert behavior in the analysis of ordinary psychological categories are here raised. The article supports the hypothesis according to which there are fundamental non-manifest factors involved in, despite only partially and in some cases of, usage of ordinary psychological categories. Rachlin's altogether rejection of the notion of covert behavior probably stems from the

1) O trabalho contém algumas partes da introdução e do capítulo I da dissertação de mestrado do autor, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília. Agradecemos, em especial, a Paulo C. Abrantes, Luiz Henrique Dutra, Jorge M. Oliveira-Castro e Felipe S. Amaral, pelos comentários feitos no contexto da defesa da dissertação (realizada em 2011) ou no exame de qualificação da mesma; a dois pareceristas anônimos da Acta, pelos comentários ao manuscrito; bem como à CAPES, pelo apoio financeiro (bolsa de mestrado) com que o trabalho parcialmente contou. Uma versão resumida do presente trabalho foi apresentada no VII Simpósio Internacional Principia.

assumption that such notion implies one or another mentalist view. However, this assumption is implausible, at least when covert behavior is understood as behavior of limited public observability, which, nonetheless, has the same general ontological features of overt behavior; *i.e.*, the same relational structure and types of causal processes. Accepting that covert behaviors sometimes make up the relevant (behavioral) relations for the truth of ordinary psychological predications allows us to accommodate important common properties underneath the employment of ordinary psychological categories; for instance, those properties according to which reasoning may happen without being manifest, and feeling hot may involve organic reactions not very perceptible upon the outside body. Also, this article offers an evolutionary interpretation of Rachlin's teleology, drawing upon the so called etiological analysis of the notion of function. Thus, we argue in favor of a sort of teleofunctionalism about at least some ordinary psychological categories. Depending upon the way Rachlin's sort of Aristotelian perspective is interpreted, the account here provided makes explicit an evolutionary thought in disguise; but our goal is constructive, and not exegetical. From the remarks offered throughout this article, together with those of the first part of the work, an outline of an alternative account of at least most of ordinary psychological categories emerges, which may be called *teleofunctional behaviorism*. This approach suggests that ordinary psychological predications of at least most of the categories usually explain and predict behavior by reporting to operant and sometimes (though not only) respondent patterns of behavior, and these patterns may comprise covert behaviors. To such extent, these predications are anchored upon functions that ensue from selection histories, as the teleofunctionalist emphasizes. Notwithstanding, contrary to the usual teleofunctionalist approaches, these functions are possessed by the behaviors of the whole organism or system, rather than by the brain or any other part of the body. Hence, at least most of ordinary psychological categories, indeed, as Rachlin maintains, do not refer to inner entities, which are *efficient causes* of behavior and explain only *how* a particular behavior is performed. Rather, they refer to molar behavioral relations themselves, where we find a different type of causation – *viz.*, *selection by consequences* –, which are fundamental for explaining *why* a particular behavior happens.

Keywords: Psychological predications; Behavior; Covert behavior; Behaviorism; Teleological behaviorism; Rachlin; Function; Teleofunctionalism; Selection by consequences; Skinner.

Este artigo é a segunda parte de um trabalho maior, dividido em dois, sobre o behaviorismo teleológico de Rachlin. No primeiro artigo, apresentou-se, inicialmente, uma taxonomia ou classificação aproximativa e não exaustiva das categorias psicológicas ordinárias, entendidas como conjuntos de conceitos – e, por extensão, de predicções que estes formam – que exibem certas similaridades de família (no sentido de Wittgenstein, 1953). Segundo tal classificação, há pelo menos quatro categorias psicológicas ordinárias: (a) a categoria de conceitos relativos ao que tem sido chamado de atitudes proposicionais, como ‘...achar que...’ e ‘...querer que...’; (b) a categoria de conceitos relativa a afecções, a qual engloba aqueles associados a sensações, como ‘...sentir coceira em...’ e ‘...sentir formigamento em...’, a apetites, como ‘...ter fome...’ e ‘...ter sede...’, a emoções, como ‘...estar irritado com...’ e ‘...estar contente com...’, e a humores, como ‘...estar alegre’ e ‘...estar melancólico’; (c) a categoria de conceitos sobre o que tem sido chamado de processos cognitivos, por exemplo conceitos relativos ao pensar (na acepção relevante, isto é, relativos ao pensar como processo, e não crença ou opinião), como ‘...raciocinar...’ e ‘...refletir...’, ao lembrar, como ‘...lembrar...’ e ‘...recordar...’, e ao perceber, como ‘...ver...’ e ‘...ouvir...’; e (d) a categoria de conceitos relacionados a traços de caráter ou de personalidade, como ‘...ser agressivo’, ‘...ser sagaz’ e ‘...ser raivoso’.

Rachlin (1985, 1994, 2005) sustenta que as predicções psicológicas ordinárias desempenham suas funções básicas – nomeadamente, de explicar e prever comportamentos – pela remissão a padrões molares de comportamentos manifestos. Estes padrões são entendidos pelo autor, fundamentalmente, como relações operantes compostas por elementos – comportamentos, contextos e consequências – estendidos no tempo,

não requerendo essas relações ser contíguas, segundo ele (cf. também Baum, 1997, 2004). Segundo a proposta de Rachlin, as predicações psicológicas ordinárias não dizem respeito a entidades neurofisiológicas ou afins próprias de partes do organismo ou (para utilizarmos uma expressão neutra quanto à constituição física envolvida, para não seremos chauvinistas quanto a eventuais robôs que se comportem de modo suficientemente similar a organismos inteiros) sistema. Ele sugere que entidades deste tipo são *causas eficientes* dos comportamentos singulares e correspondem apenas a *como* eles ocorrem. As predicações em questão referem-se, segundo a abordagem, aos padrões mesmos de comportamentos, os quais são vistos nela como sendo exclusivamente manifestos e exibidos pelo organismo ou sistema inteiro (pelo sistema como um todo). Esses padrões são entendidos, na terminologia aristotélica da qual Rachlin se vale, como as *causas finais* dos comportamentos singulares e correspondem a seu *porquê*. Dito em outros termos, os fenômenos psicológicos² são concebidos como sendo padrões ou relações molares de comportamentos manifestos do sistema como um todo, ao passo que as entidades estruturais, subjacentes ao corpo, são vistas como sendo mecanismos e precondições para esses fenômenos.

Defendeu-se, no primeiro artigo, que as predicações psicológicas ordinárias incidem, de fato, apenas sobre o sistema como um todo. Rachlin oferece pelo menos um argumento em favor de tal tese, relacionado com a premissa de que há múltiplas partes do corpo inteiro sendo ativadas na realização dos comportamentos e com a premissa de que não há regiões do cérebro invariavelmente ativas em tal realização. A melhor reconstituição desse argumento torna-o razoável se sua premissa empírica se mostrar verdadeira, mas há melhores razões em favor da tese, uma das quais relacionada aos critérios de aplicação das categorias em questão. No “nicho” próprio delas – as práticas linguísticas cotidianas –, esses critérios são relações entre comportamentos e situações do ambiente, as quais são exemplificadas apenas pelo sistema como um todo, e não por suas partes. Além disso, de modo mais geral, a gramática dessas categorias exclui partes do corpo como seus sujeitos. Simplesmente é um contrassenso dizer algo como “O cérebro do leão gosta de caçar presas”, “O cérebro do pombo está com sede” e “O cérebro da pessoa é gentil”.

Conforme argumentou-se no primeiro artigo, a tese de Rachlin de acordo com a qual as predicações em questão designam relações operantes estendidas no tempo também mostra-se plausível; porém, com qualificações. Uma das qualificações que fizemos é a de que inclusive relações respondentes, sejam incondicionadas ou condicionadas, formam, ao menos frequentemente e sobretudo em casos de predicações de afecções, as condições relevantes para sua verdade. Ao considerarmos relações entre circunstâncias (contextos ou estímulos discriminativos, no caso de operantes, e estímulos eliciadores, no caso de respondentes) e comportamentos, dizemos que vemos nessas próprias relações os fenômenos mesmos aos quais nos remetemos com essas predicações, pelo menos das categorias (a), (b) e (d), e não meros sinais deles. Seria um contrassenso, por exemplo, observar alguém indo com pressa à sua casa após uma manhã de trabalho sem intervalos, sentando-se diante de um prato de comida, começando a comer com rapidez e voracidade, repondo a comida algumas vezes e ainda dizer: “São apenas comportamentos; seu desejo de saciar-se está oculto”. Da mesma forma, coisas como os desejos, os humores e a sagacidade de um leão são fenômenos que dizemos ver, ao contemplarmos sua conduta ao longo de certo tempo, e não como meros sinais de coisas ocultas em seu interior. Além disso, são relações entre circunstâncias e comportamentos, estendidas no tempo, que constituem o tribunal último da veracidade dessas predicações, e não o que se passa em algum outro nível da realidade. Se, por exemplo, aquele indivíduo faminto dissesse que não estava com muita fome logo antes de sentar-se para o almoço, a sua conduta estendida no tempo revelaria o contrário e ele provavelmente

2) Doravante, neste artigo, empregam-se as expressões ‘fenômenos psicológicos’ e ‘atributos psicológicos’ no sentido de fenômenos aos quais as predicações psicológicas ordinárias se remetem. Não se está supondo, no entanto, que apenas estes sejam psicológicos, de modo que, naquelas expressões, ‘psicológicos’ é apenas uma forma abreviada da expressão ‘designados pelas predicações psicológicas ordinárias’.

viria a corrigir sua asserção inicial. Some-se a isso que esses argumentos em favor da presente tese são coerentes com outras propriedades das categorias (a), (b) e (d). Por exemplo, são coerentes com propriedades relacionadas ao seu caráter disposicional e heterogêneo; à distinção entre a aplicação genuína de predicções formadas por elas e sua aplicação meramente por cortesia a um simples ator que não compartilhe o que interpreta; além de com aquelas relacionadas ao esconder ou ocultar atributos aos quais dizem respeito, diante de situações em que sua manifestação seria constrangedora.

O presente artigo tem o mesmo objetivo geral da primeira parte do trabalho, a saber, distinguir, de um lado, o que é plausível na abordagem de Rachlin e, de outro, o que merece ser revisto nela; mas tem um âmbito diferente. O âmbito agora é a exclusão que faz Rachlin de comportamentos encobertos na análise das categorias psicológicas ordinárias, bem como a teleologia de sua abordagem. Apresentam-se algumas objeções à ênfase de Rachlin em comportamentos manifestos, levantando a hipótese de que, antes, há fatores não manifestos envolvidos, ainda que apenas em parte e em alguns casos, na veracidade de predicções psicológicas ordinárias. Alenta-se a tese de que alguns fenômenos psicológicos envolvem comportamentos encobertos, de modo semelhante a Skinner, embora sem a ideia deste autor de que sejam, em tais casos, fenômenos privados. Um segundo objetivo específico é sugerir, com base na análise etiológica da noção de função, uma interpretação evolucionista da teleologia de Rachlin, assim aproximando-a do teleofuncionalismo de autores como Millikan (1984, 1993a) e Dennett (1987), mas rejeitando a tese de que predicções psicológicas ordinárias designem, em geral, entidades neurofisiológicas ou similares próprias do interior do corpo. Dependendo de como se entende a teleologia de Rachlin, a proposta aqui feita torna explícito um pensamento evolucionista que Rachlin reveste com termos aristotélicos, mas nossa preocupação é fundamentalmente construtiva, e não exegética.

SOBRE A ÊNFASE DE RACHLIN EM COMPORTAMENTOS MANIFESTOS

O behaviorismo teleológico de Rachlin (1985, 1994, 2005) sugere que os comportamentos que formam os padrões ou relações relevantes para as predicções psicológicas ordinárias são estritamente manifestos. Portanto, Rachlin contrapõe-se à ideia de Skinner de comportamentos encobertos e, de modo mais geral, de eventos encobertos como componentes desses padrões. Diferentemente de Rachlin, alenta-se, aqui, a hipótese de ser razoável que haja comportamentos encobertos ou não manifestos como fatores relevantes para a verdade de alguns casos de predicções psicológicas ordinárias.

A contraposição de Rachlin à noção de comportamento encoberto deve-se, provavelmente, a pressupor que esta implique em uma mereologia (ou lógica das partes e do todo) das predicções psicológicas ordinárias segundo a qual elas não recairiam sobre o sistema como um todo, mas em partes do corpo (como o cérebro); e, também, que implique em elas corresponderem a eventos localizados em tais partes (cf. Borba e Tourinho, 2009, p. 287). As asserções seguintes, por exemplo, conotam isso (cf. também Rachlin, 1988):

Quando lhes é pedida uma explicação de estados mentais desacompanhados de comportamento manifesto presente, os behavioristas molares apontam um padrão de comportamento manifesto passado [e, possivelmente, futuro]³ e identificam aquele padrão com o estado mental presente. Mas os behavioristas moleculares não possuem esta opção, porque, para eles, padrões [molares] não são

3) Espera-se que a justificativa para este colchete esteja clara. Rachlin (1994) alerta para o fato de que é um importante aspecto de sua perspectiva que a veracidade ou não de uma predicção psicológica comum pode depender da “referência tanto a eventos futuros como também passados” (p. 34).

unidades. Isso lhes força (ou pelo menos encoraja) ... a apontar para o interior do organismo. Então, os mentalistas teriam os behavioristas justamente onde eles querem tê-los. (Rachlin, 1985, p. 76)

Ao relacionar conceitos mentais, tais como o de ideia, ao interior do organismo (o mesmo lugar onde a fisiologia do organismo existe), Skinner está em linha com a psicologia cognitiva moderna. Tanto Skinner ... como muito da psicologia cognitiva moderna colocam eventos mentais e fisiológicos juntos ... dentro do organismo. (Rachlin, 1994, p. 28)

Na verdade, existem boas razões em favor de que há comportamentos não manifestos como fatores relevantes na veracidade de algumas predicções psicológicas ordinárias, em um sentido específico que delimitamos. Nossa delimitação é feita com base em Skinner, mas com qualificações. Então, nossa preocupação, aqui, não é, propriamente, se as referidas alegações de Rachlin são ou não justas em relação à perspectiva de Skinner⁴. Antes, o objetivo é sugerir que há comportamentos que não são manifestos, mas que são fatores fundamentais para alguns casos de predicções em questão, sem que esta proposta implique em uma mereologia equivocada; e, tampouco, que essas predicções se refiram a entidades de base (fisiológicas ou similares) e concebidas como causas internas eficientes do comportamento manifesto. Além disso, a proposta pode ser dissociada da ligação que Skinner faz, algumas vezes, desses comportamentos à noção de privacidade.

O que sugerimos é, simplesmente, que não apenas respostas que podemos contemplar pela simples observação do corpo externo e do ambiente externo fazem parte do conjunto de fenômenos aos quais nos remetemos através de certas predicções psicológicas comuns. Algumas vezes, remetemo-nos também (parcialmente) a respostas como, por exemplo, as de fala subvocal, de caráter operante, e a respostas como a de contração de vasos sanguíneos e outras (frequentemente vistas apenas sob o ângulo neurofisiológico) ocasionadas por estímulos eliciadores, de caráter respondente (ou reflexo). Não apenas o que é externo ao corpo compõe fenômenos psicológicos, o que é compatível com uma perspectiva comportamental.

A distinção entre comportamentos manifestos e não manifestos, conforme propomos (de maneira semelhante a Tourinho, 2006, p. 18ss), é apenas uma determinada distinção epistêmica, e não uma distinção ontológica. Entendemos, aqui, comportamentos não manifestos como sendo aqueles de observabilidade pública relativamente limitada. (Note-se que se trata de *observabilidade*, e não de *observação*. Logo, não é o caso que seja encoberto um comportamento que tenha a característica de poder ser visto pela contemplação do que se passa no exterior do sistema, mas que não esteja, em um momento, sendo observado por um terceiro, como ocorre, por exemplo, quando alguém está escrevendo um texto sozinho em uma sala; pois a observabilidade do que se passa no exterior do sistema é algo objetivo.) Por exemplo, podemos calcular manifestamente, no sentido de ser em voz alta e com a boca ou em um pedaço de papel, o que é bastante perceptível pela contemplação do que ocorre na parte exterior do corpo (incluindo o ambiente externo); mas podemos calcular de maneira não manifesta (por exemplo, o resultado de uma multiplicação), no sentido de ser em voz subvocal ou, enfim, como se diz, em nosso interior, o que, se produz estimulação visual, é uma muito menos perceptível. Podemos ter uma sensação de dor manifesta, quando ela transparece em expressões faciais, contorções e outros comportamentos salientes típicos; mas podemos tê-la (quando mais branda) sem que seja relativamente visível no que se passa exteriormente, envolvendo respostas intrader-

4) Mencionamos, no entanto, que aquelas alegações de Rachlin contra a perspectiva de Skinner perdem de vista muito do que este autor disse acerca dos predicados em questão, e, por isso, provavelmente, cometem a falácia do homem de palha (ou seja, atacam algo que, na verdade, não foi sustentado pelo oponente). Elas perdem de vista, por exemplo, considerações de Skinner acerca de emoções e humores, que salientamos no primeiro artigo; também a perspectiva sobre traços de caráter que encontramos em Skinner (1953, p. 194ss), consideravelmente próxima da visão de Rachlin; e as análises de Skinner sobre o pensar, por exemplo, em Skinner (1953, p. 242ss, 1976, p. 113ss).

mes. Não se trata de uma distinção ontológica, pois, deste ponto de vista, comportamentos manifestos e não manifestos possuem a mesma natureza (há uma continuidade ontológica entre eles, sem ruptura). Isto é, são fenômenos relacionais, envolvendo relações (históricas) com o contexto e com as consequências que seus “antepassados” produziram, no caso dos comportamentos operantes, e relações com o estímulo eliciador, no caso dos comportamentos respondentes; e são regidos pelos mesmos fatores causais – causação seletiva pelas consequências, no caso dos comportamentos operantes, e causação eficiente por estímulos antecedentes, no caso dos comportamentos reflexos. (Cf. também Moore, 2008, p. 213ss; Palmer, 2009; Skinner, 1953, p. 257ss, 1969a). Isso é o que Skinner parece, por vezes, sugerir, quando diz coisas como: “Um evento privado distingue-se pela sua limitada acessibilidade [pública], mas não, até onde sabemos, por qualquer estrutura ou natureza especial” (Skinner, 1953, pp. 257-258; cf. também Skinner, 1969a, p. 242).

Por outro lado, quando associa ao comportamento não manifesto a noção de privacidade, Skinner introduz uma conotação diferente; ou seja, o comportamento não manifesto, acrescido disso, possui outra acepção. Ele seria, segundo tal acepção, aquele ao qual o organismo que o realiza possui um suposto acesso privilegiado e peculiar:

Uma pequena parte do universo está contida sob a pele de cada um de nós. ... Sentimo-la e, em certo sentido, observamo-la, e pareceria insensato negligenciar tal fonte de informação apenas porque não mais do que uma pessoa pode fazer contato com um mundo interno. (Skinner, 1976, p. 24)

O não manifesto, nesta outra acepção, é aquilo ao que o organismo é o único a poder acessar e observar, apesar de possuir a mesma natureza que o manifesto ou público (cf. também Skinner, 1953, p. 257, 1969a, pp. 225-226). Esta distinção ainda é epistêmica, mantendo o princípio de continuidade ontológica entre comportamentos manifestos e não manifestos, mas é feita em termos de inobservabilidade de terceira pessoa e observabilidade de primeira pessoa.

A visão de Skinner de que comportamentos não manifestos possam ser partes de padrões de comportamento e formar alguns dos fenômenos que descrevemos em termos da linguagem psicológica ordinária é razoável, segundo a tese que aqui apoiamos, mas não é preciso que seja nessa última acepção. Ao utilizar a noção de privacidade, Skinner pretende sinalizar para o suposto fato de que coisas como sensações seriam acessíveis apenas por aquele que as têm:

A resposta de um indivíduo a um dente inflamado, por exemplo, é diferente da resposta que qualquer outro pode emitir àquele dente particular, já que ninguém mais pode estabelecer o mesmo tipo de contato com ele. Eventos que ocorrem durante excitação emocional ou em estados de privação são, frequentemente, acessíveis de modo único pela mesma razão Com respeito a cada indivíduo, em outros termos, uma pequena parte do universo é *privada*. (Skinner, 1953, p. 257)

Entretanto, a associação da noção de privacidade a sensações é problemática. Como aponta Ryle (1949, p. 199ss), a lógica da noção de *ter uma sensação* é diferente daquela de *observar e, analogamente, daquela de acessar* (cf. também Bennett e Hacker, 2003, pp. 92-95; Oliveira-Castro, 2000, pp. 21-22). O observar e o acessar são tarefas, as quais têm graus de sucesso ou falha; mas não há algo como uma pessoa ver ou deixar de ver sua própria sensação de dor, de cócega ou de frio, nem o ser obstruída ou desobstruída em uma tentativa de observar ou acessar tais sensações (se tenho acesso ou deixo de ter acesso a determinado local, tenho ou não permissão para tanto, mas, com sensações, não há isso). É verdade que alguém a quem ocorra uma sensação é o único a passar por esta (o exemplar), especificamente; mas isso é como o truísmo de que alguém não pode realizar o exemplar específico do ato que outrem realizou de pegar a caneta, realizar o beber água que outrem realizou, ganhar a partida singular de xadrez que outrem ganhou, e assim por diante (Ryle, 1949,

pp. 208-209), de modo que tal característica não é critério de sensações. Além disso, sensações e, como o próprio Skinner sustenta (conforme salientamos no primeiro artigo), emoções e outras afecções, agregam elementos operantes e muitas vezes manifestos, portanto não sendo de acesso único. O que há, antes, em tais casos, é uma diferença de graus de *observabilidade pública*. Assim, acrescentar a noção privacidade oferece problemas desnecessários para a caracterização de comportamentos não manifestos.

A razão que há para preservar a ideia de comportamento não manifesto, na acepção específica acima delimitada, é bastante simples: fazem parte do uso de alguns conceitos psicológicos ordinários inferências sobre ocorrências com a característica de serem não manifestas – e sem que se cometa necessariamente alguma inconsistência com outras regras que governam o uso geral deles. Um caso típico é de predicados relativos ao pensar (‘...refletir...’, ‘...meditar...’ e outros), em acepções relativas a processos, que se encaixam na categoria (c). Elas indicam que pode haver o pensar, o refletir, o raciocinar e processos semelhantes sem que haja sempre comportamentos manifestos durante eles, o que é bastante claro quando fazemos, digamos, como *Le Penseur*. Podemos, por exemplo, levantar perguntas a nós mesmos sem manifestar isso a alguém que esteja em nossa frente, o que pode compor um processo de raciocínio e (o que é similar) de resolução de problemas, como descobrir onde está determinado objeto cotidiano ou o resultado de um cálculo, planejar um rumo de ação, etc. Além disso, algumas reações orgânicas (frequentemente, comportamentos respondentes), as quais, segundo se sugeriu no primeiro artigo deste trabalho, podem constituir fatores relevantes para algumas predicções psicológicas ordinárias, não são reações manifestas. Contrações em vasos sanguíneos decorrentes de objetos perigosos (as quais podemos sentir, por exemplo, ao ter medo desses objetos), contrações no estômago após muito tempo sob privação de alimento e secreções de saliva provocadas pela apresentação de um alimento (que podem constituir, respectivamente, o ter sensações de “estômago roncando” e de “água na boca”), dentre outras reações, nem sempre são manifestas, embora possam apresentar aspectos manifestos em uma escala reduzida.

Tal visão não implica que fenômenos como os de raciocinar, de refletir e de ter uma emoção ou outra afecção, sejam não manifestos. Antes, sugerimos que se trata de fenômenos que podem, eventualmente, ser compostos por respostas não manifestas. Atividades como as de levantar uma pergunta para si próprio e de ler podem ocorrer em voz alta; e podemos fazer um cálculo e reconstruir um argumento sem ajuda de instrumentos como o papel e a caneta, mas, por vezes, fazemos isso escrevendo com tais instrumentos e similares. Além disso, essas atividades são de tipo operante, que requerem aprendizagem ou treino; para se chegar a um estágio de capacidade de realização encoberta delas, é preciso, tipicamente, aprendê-las no nível manifesto (por exemplo, aprendemos primeiro a ler em voz alta). Considere-se ainda que, em atividades como a de raciocinar e refletir, pode haver o encadeamento de alguns comportamentos não manifestos com outros que são manifestos, a atividade inteira, assim, não sendo apenas um deles. Por sua vez, as afecções são, normalmente, compostas, pelo menos em parte, por respostas manifestas, como suor, enrubescimento, palidez, expressões faciais, contorções do corpo, etc. Mais do que isso, as afecções, conforme argumentamos no primeiro artigo deste trabalho (em consonância, inclusive, com algumas considerações de Skinner, 1953), envolvem comportamentos operantes, os quais são muito frequentemente manifestos. Portanto, é equivocado falar-se de certos fenômenos psicológicos como se fossem sinônimos de comportamentos encobertos ou não manifestos.

Não é implicada, tampouco, uma infração na mereologia de predicções em questão. Quando o comportamento não manifesto é operante, ele é, em geral, próprio do sistema como um todo. Isso transparece no fato de que um comportamento de tipo operante é membro de um padrão, o qual se define por suas relações histórico-funcionais. Inclusive, como salienta Rachlin (1994, 1995; cf. também Baum, 2006), há consequências de médio e longo prazo envolvidas nele, que são de relevância para o sistema inteiro. Além disso, por uma questão de lógica, não faz sentido dizer que quem realiza o comportamento operante de relevância para certas predicções psicológicas seja uma parte do corpo. Quem faz uma pergunta ou responde a uma

pergunta, exclama algo, compara possibilidades, etc., é o sistema inteiro, quer seja de modo manifesto ou não. Essas expressões não fazem sentido quando aplicadas a partes do sistema.

Quando o comportamento não manifesto é respondente, possivelmente nem sempre seja do sistema inteiro. Pois se pode entender que haja alguns comportamentos respondentes que são emitidos por partes do sistema; por exemplo, uma secreção emitida por um órgão do corpo (eliciada por um estímulo incondicionado ou condicionado). No entanto, tais comportamentos são relevantes para predicções de sensações, geralmente, quando são sentidos pelo sistema – e é o sistema (inteiro) quem sente (e não alguma parte dele). Coceiras, formigamentos, calor, etc. são coisas que dizemos sentir, não fazendo sentido se falar em uma sensação não sentida; e podem ser sentidas em uma região do corpo (como o pé, por exemplo), mas quem as sente não é tal região, mas o sistema inteiro. Por outro lado, quando falamos de outros tipos de afecções, o sentir, por vezes, é irrelevante; não faz muita diferença, por exemplo, se um animal sente estar ofegante, sente seu rosto franzir ou enrubescer, em uma mágoa, um temor ou um contentamento com algo. Então, eventuais comportamentos respondentes não manifestos, nesses casos de afecções, talvez sejam exibidos por partes do sistema. Porém, mesmo que o sejam, é preciso levar em conta que os fenômenos relevantes para as predicções dessas afecções não se reduzem a tais comportamentos – eles envolvem, de maneira, fundamental, comportamentos operantes. Isso está de acordo com o fato de que é o sistema inteiro quem está com sede, magoado, comovido, melancólico, com orgulho e assim por diante. Portanto, a mereologia apropriada das categorias psicológicas ordinárias não é ferida pela consideração de comportamentos não manifestos.

Por fim, deve estar claro, a partir das considerações precedentes, que a perspectiva aqui apoiada não incorre na visão mentalista, segundo a qual as categorias psicológicas ordinárias designariam entidades próprias do interior do corpo, causas eficientes dos comportamentos. A natureza das respostas encobertas é a mesma das manifestas, o que exclui essa possibilidade, como insiste Skinner (1969a, p. 158, 1976; cf. também Tourinho, 2006). Os comportamentos encobertos são comportamentos, tanto quanto os manifestos. Assim, não se trata da visão de que essas predicções denotem, propriamente, aspectos neurofisiológicos ou similares que causam eficientemente o comportamento. Além disso, como tratamos na seção anterior, a lógica de várias das categorias em questão é disposicional. Ou seja, elas explicam e predizem de uma maneira diferente que por referência a ocorrências específicas. Novamente, tem-se uma rejeição do mentalismo.

Entretanto, isso não significa que comportamentos encobertos não tenham influência alguma sobre outros comportamentos e o ambiente. Tanto os comportamentos não manifestos como os manifestos podem ter tal influência. Nessa medida, fenômenos psicológicos têm-no, o que vai de encontro a acusações (como, por exemplo, em Armstrong, 1980) de que perspectivas comportamentais não dão lugar a poderes causais para eles. Porém, não se trata de causalidade no sentido do mentalismo, mas, antes, de causalidade como um fluxo de influências no nível comportamental, ou seja, de relações comportamento-ambiente para outras relações comportamento-ambiente, sob a égide de processos causais seletivos e de mecanismos respondentes (para observação similar, cf. Moore, 2001). Se, por exemplo, uma pessoa reflete sobre uma situação pela qual passa, representando-a como um trilema em um papel ou tela de computador, isso pode lhe ajudar na tomada de um rumo de ação; o que influencia, neste caso, é aquilo que ela própria faz, isto é, seus atos e atividades de refletir (alguns eventualmente não manifestos) e as mudanças provocadas no ambiente (no papel ou na tela, neste caso), sob a base de uma história interativa.

Em suma, é razoável que haja comportamentos não manifestos como condições de verdade de alguns casos particulares de predicções psicológicas ordinárias, ou dito de outro modo, que eles componham, por vezes, os fenômenos aos quais estas remetem; comportamentos não manifestos, em particular, entendidos como aqueles de observabilidade relativamente limitada no que se passe exteriormente ao sistema, mas que estão em inteira continuidade ontológica com os comportamentos manifestos. Esta proposta está de acordo com algumas intuições comuns a respeito das categorias em questão e não fere, por si só, suas regras (não

incorre em erro de categoria, no sentido de Ryle, 1949). Rachlin rejeita este tipo de proposta, mas é provável que o faça por pressupor que implique em mentalismo, quando, na verdade, esse não é necessariamente o caso. Fenômenos psicológicos, nos casos em que englobam respostas não manifestas, ainda assim são fenômenos do sistema como um todo; e, ao invés de serem causas eficientes internas de comportamentos, trata-se de fenômenos comportamentais (do âmbito das relações entre ambiente e comportamento). A abordagem de Rachlin evita o possível problema conceitual de Skinner de associar a noção de privacidade a alguns casos de fenômenos psicológicos; mas evita o problema não tão bem quanto poderia, uma vez que não o faz pelas melhores razões.

SOBRE O CARÁTER TELEOLÓGICO DE CATEGORIAS PSICOLÓGICAS ORDINÁRIAS

Pelo menos boa parte de casos das categorias psicológicas ordinárias possui uma característica teleológica, no sentido de sinalizarem eventos que, aparentemente, são dirigidos para fins (isto é, eventos que, aparentemente, possuem finalidades, objetivos ou funções). Por exemplo, ao falarmos de almejos, querer e expectativas, fome e sede, processos de raciocínio e reflexão, ser inteligente, organizado e sagaz, tendemos a pressupor finalidades correlatas: o almejo, o querer e a expectativa são, comumente, de obtenção ou realização de algo; o ter fome e o ter sede estão relacionados à obtenção de recursos alimentícios e líquidos saciadores; o pensar e o refletir servem para várias coisas, também relacionadas à solução de problemas e, de modo geral, à lida com o ambiente; inteligência, organização e sagacidade são atributos muitas vezes desejados pelos benefícios que propiciam; e assim por diante. Caso tais fenômenos, aos quais nos remetemos através do vocabulário psicológico ordinário, exibam alguma contrapartida teleológica, qual seria esta contrapartida? Se não há alguma, há, presumivelmente, pelo menos algo que aparente ser uma. A abordagem de Rachlin (1994, 2007) aponta para padrões operantes de comportamento como contrapartida, qualificando-os como causas finais.

Esta seção sugere, a partir da abordagem de Rachlin, uma visão evolucionista sobre a característica teleológica de predicções psicológicas ordinárias. A ideia geral é de que, com tais predicções, estamos remetendo-nos a entidades que possuem um caráter funcional, como propõe o funcionalismo a respeito (cf., e.g., Block, 1980; Sober, 1985); em especial, a entidades que possuem funções a desempenhar e, estas, como caracterizadas pela análise etiológica (as quais são consideradas sinônimas de funções biológicas), tal como propõe o teleofuncionalismo ou funcionalismo teleológico (cf. Dennett, 1987; 1995; Lycan, 1981; Millikan, 1984, 1993a; Sober, 1985). Ou seja, a tese é de que aquela característica teleológica tem como uma contrapartida aproximada funções deste tipo possuídas por padrões de comportamento. Na medida em que, no primeiro artigo deste trabalho, a tese geral sobre as condições de verdade foi restringida às categorias (a), (b) e (d), faz-se o mesmo aqui com relação à presente tese.

Porém, deixa-se em aberto, parcialmente, o grau de generalidade desta tese. Uma qualificação que fazemos a ela é de que nem sempre padrões operantes de comportamento são selecionados diretamente, sendo, às vezes, cooptações de outros (isto é, há casos análogos a exaptações da evolução em nível filogenético). Possivelmente, em tais casos, eles não possuem funções, mas haja predicções psicológicas ordinárias que sejam satisfeitas por eles.

Em outras palavras, sugere-se e apoia-se, aqui, a hipótese de um teleofuncionalismo nos moldes do behaviorismo teleológico de Rachlin e das modificações a esta abordagem propostas na seção anterior e no primeiro artigo do trabalho. Dado que se deixa em aberto, parcialmente, o grau de generalidade da ideia teleofuncionalista, pode-se considerar que se trata apenas de uma versão branda dela, em termos de a veracidade de predicções psicológicas ordinárias estar, comumente, mas não sempre, ancorada em funções como aqui entendidas. Oferecem-se algumas razões para a hipótese de que padrões de comportamento, tanto operantes como respondentes, são entidades que costumam ter funções desse tipo.

A teleologia, na abordagem de Rachlin, dá-se chamando atenção para causas finais, contrastando-as com as causas eficientes ou mecânicas (Rachlin, 1994, pp. 20-22, 2007, p. 137). As causas finais de comportamentos são, segundo a abordagem, os padrões molares nos quais se encaixam, ou seja, as contingências molares de reforço e de punição; e suas causas eficientes são as entidades estruturais (neurofisiológicas ou similares) subjacentes. A distinção reflete-se em dois tipos de perguntas que podemos fazer sobre a ocorrência de comportamentos; a saber, perguntas sobre *por que* se dão e perguntas sobre *como* se dão. Nessa medida, Rachlin parece considerar sua perspectiva sobre conceitos psicológicos ordinários como sendo teleológica por relacionar esses conceitos àquilo que entende como causas finais, em contraste com causas eficientes.

Como sugere Baum (1997), a conceptualização dos padrões molares como causas finais de comportamentos é, provavelmente, pelo menos em parte, uma maneira de contrastar o modo causal envolvido neles com a causalização puramente mecanicista. Sob este ângulo, a teleologia sugerida por Rachlin pode ser entendida em termos de um contraste similar àquele feito (dentre outros autores) por Mayr (1961), entre *causas últimas* e *causas próximas* de traços biológicos, e, correspondentemente, entre o *porquê* e o *como* deles; no âmbito, em especial, da evolução do comportamento, um contraste salientado por Skinner (1976, pp. 12-14, 1988, 1990; cf. também Alessi, 1992). Segundo Mayr (1961, pp. 1502-1503), ao considerarmos um traço biológico, podemos perguntar pelos processos evolutivos dos quais ele resulta, destacando-se os processos de seleção natural, que são processos históricos, descontínuos no tempo e no espaço – as causas últimas ou remotas do traço –; e, por outro lado, podemos estar interessados pelos processos estruturais envolvidos, ou seja, condições físico-químicas subjacentes ao traço – suas causas próximas ou imediatas. No primeiro caso, as perguntas são sobre por que razão ele existe, no sentido específico de perguntas sobre os processos fundamentais dos quais advém. No segundo caso, as perguntas são sobre a maneira como o traço funciona. Por exemplo, podemos estar interessados pela razão de haver corações ou de haver fotossíntese, e, então, devemos considerar a história evolutiva que explica por que tais traços existem em certas espécies; ou podemos estar curiosos pelos mecanismos e aspectos anatômicos que fazem os corações bombear sangue ou as plantas executarem a fotossíntese diante de determinadas condições presentes do ambiente. De modo análogo, os comportamentos operantes possuem causas evolutivas, que correspondem a por que eles ocorrem, nomeadamente, as contingências de reforço e de punição; e têm condições físicas de base (neurofisiológicas ou similares) como causas próximas, que correspondem a como se dão. Nos termos de Skinner (1990),

A fisiologia estuda o produto do qual as ciências [comportamentais] da variação e da seleção estudam a produção. O corpo funciona como funciona por causa das leis da física e da química; ele faz aquilo que ele faz por causa de sua exposição a contingências de variação e seleção. A fisiologia diz-nos como o corpo funciona; as ciências da variação e da seleção dizem-nos por que é um corpo que funciona dessa maneira. (p. 1208)

Tanto Mayr (1961, pp. 1503-1504) como Skinner (1969b, pp. 193-194, p. 203, 1976, pp. 61-63), entretanto, rejeitam que as causas últimas sejam teleológicas. O *teleológico* estaria relacionado a fins preestabelecidos, mas as seleções natural e operante não visam a fins preestabelecidos. O que exhibe algo semelhante a uma finalidade, segundo esses autores, são os resultados dessas causas, a saber, as adaptações (no sentido estrito do termo, no caso da seleção natural, e em um sentido lato, no caso da seleção operante) ao ambiente. Já que Rachlin entende as contingências de reforço como causas finais, é provável que as qualifique desse modo como, pelo menos em parte, uma forma de contrastá-las com causas eficientes.

O aspecto teleológico da perspectiva de Rachlin pode ser interpretado também, sob um ângulo correlato, como ênfase no caráter funcional dos comportamentos; não só no sentido (como geralmente se entende seu caráter funcional) de que se definem pelas suas relações com aspectos do ambiente (ao invés de por entidades estruturais), mas também de que possuem funções a desempenhar. Rachlin (1995) diz que o

behaviorismo teleológico “foca sua atenção sobre a *função* dos atos, incluindo atos linguísticos” (p. 148; cf. também Logue, 1995; Rachlin, 2007, p. 136), ou seja, naquilo para o que eles servem. Essa consideração, aliada à sua tese de que as predicções psicológicas ordinárias remetem ao *porquê* dos comportamentos, é compatível com a ideia de que o *teleológico*, em sua abordagem, assemelha-se àquele do funcionalismo teleológico; ou seja, compatível com a tese de que essas predicções têm como condições de verdade fenômenos que possuem funções no sentido da análise etiológica. Independentemente, porém, de se esta interpretação de sua perspectiva é ou não plausível, interessa a este trabalho fazer tal aproximação, tendo ele um caráter fundamentalmente construtivo, e não exegético.

O sentido geral da noção de função conforme a análise etiológica é o de tarefas que um traço (uma propriedade exemplificada por um sistema) desempenha para o que foi selecionado, em um processo de seleção pelas consequências (Chediak, 2011, p. 89; Godfrey-Smith, 1994; Millikan, 1993c, pp. 35-36; Neander, 1991, pp. 173-174)⁵. Não se trata de algo qualquer que um traço faça, posto que aquilo que ele faz pode ser algo puramente acidental; antes, trata-se de algo para o qual o traço serve por sua própria natureza, tendo sido selecionado para realizá-lo. Além disso, o traço, por alguma razão, pode não desempenhar, ou pode deixar de desempenhar, sua função, mas continuar a possuí-la. A noção é expressa (em uma caracterização geralmente tomada como referência principal) por Wright (1973), sinteticamente, da seguinte maneira:

A função de [um traço] X é Z significa que:

- ... (a) X está lá [isto é, está onde se encontra, ou existe (é algo), dependendo do caso] porque faz Z , [e]
- (b) Z é uma consequência (ou resultado) de X estar lá. (p. 161)

A condição (a) estabelece que um traço X ter a função Z é o porquê de ele estar ali, em um sentido etiológico (ou causal). Ela estabelece, assim, uma equivalência entre perguntar-se o porquê ou razão do traço e perguntar-se pela sua função. Por exemplo, a clorofila tem a função de executar a fotossíntese no sentido de que o sistema ter clorofila permite-lhe fazer fotossíntese; corações terem a função de bombear sangue quer dizer que existem porque bombeiam sangue; certos animais e vegetais possuem espinhos, capacidades de mudar de pigmentação, ou peçonhas, porque tais traços os protegem contra seus predadores; uma larga variedade de comportamentos respondentes incondicionados existe porque, similantemente, são traços que os protegem contra predadores e outras condições aversivas; etc. Tal condição procura excluir meros acidentes: ela é, como diz Wright (1973), uma forma de “colocar em termos precisos a moral do nosso exame da distinção entre função e acidente” (p. 158). De fato, quando dizemos que algo tem uma função, estamos distinguindo entre aquilo para o que ele serve e aquilo que ele faz simplesmente por acidente. Por exemplo, não dizemos que os corações existam para fazer ruídos, ainda que ruídos ocorram quando funcionam; e a peçonha de alguns animais pode ser boa para fabricar alguns remédios, mas isso não significa que ela se encontre nesses animais porque tenham essa utilidade (que é meramente acidental em relação a “estarem lá” neles).

A condição (b) especifica o tipo de etiologia (ou causação) envolvida, a saber, que ela é de tipo seletivo:

5) Esses autores, entretanto, detêm-se, frequentemente, apenas à seleção natural. Baseamo-nos na análise etiológica porque ela é a principal opção evolucionista de que dispomos, além de ser adequada para a nossa proposta. Também porque é a análise mais razoável desta noção, na medida em que captura as nuances em seguida expostas. Sobre esse último ponto, cf. Millikan (1993c, 1993d) e Wright (1973).

Quando dizemos que a função de X é Z (ou fazer Z), estamos dizendo que X está lá porque faz Z , mas com uma qualificação a mais. Estamos explicando como X veio a estar lá, mas apenas certos tipos de explicação ... darão conta disso. (Wright, 1973, p. 160)

Ou seja, quando dizemos que X tem a função de fazer Z , estamos dizendo que Z ocorre como resultado ou consequência de X existir e, nisso, remetendo-nos à maneira como X veio a existir: aqueles itens de tipo X que, no passado, tiveram como resultado Z , passaram a ocorrer com maior frequência. Por exemplo, vegetais que, no passado, a partir de clorofila, tiveram como resultado fotossíntese, passaram a replicar-se com frequência maior; certas aranhas, que, no passado, desenvolveram a capacidade de produzir e injetar peçonha em predadores, vieram, similarmente, a ter um maior sucesso reprodutivo (isto é, um aumento de sua aptidão biológica); etc. Ao levarmos em conta este vínculo das funções com histórias de seleção, vemos preservada a intuição de que o exemplar de um traço pode, eventualmente, não desempenhar (ou deixar de desempenhar) sua função. Possuir uma função, assim entendida, é uma questão de ter uma história de seleção apropriada, a qual não garante, por si só, que um exemplar a realizará. Em resumo, a função de um traço e seu porquê são intercambiáveis: ambos referem-se às suas causas seletivas (cf. Chediak, 2011, pp. 87-89; Godfrey-Smith, 1994, pp. 345-347; Nunes-Neto e El-Hani, 2009, p. 360ss).

Padrões operantes de comportamento satisfazem tal caracterização (cf. Artiga, 2010; Ringen, 1976, p. 234ss)⁶. Por exemplo, no caso de um macaco em um esquema de reforço (no caso, de razão fixa), tal que certa taxa de pressões a uma alavanca, quando uma luz é acesa, resulta em obtenção de uma banana como consequência, a emissão da taxa apropriada do pressionar a alavanca ocorre, naquele contexto, para a obtenção do alimento, e não para produzir o ruído da alavanca, mover uma quantidade de ar no ambiente ou outros resultados meramente acidentais. Além disso, o padrão de pressionar a alavanca deve sua existência aos processos passados de obtenção do alimento a partir de respostas de pressão à alavanca, isto é, fazem parte do repertório comportamental do organismo em razão de uma história de reforço. Eventualmente, o macaco pode realizar os atos relevantes sem que resultem na banana como consequência, porque, digamos, o dispositivo é desligado por um tempo, ou é preciso fazer uma reposição de bananas; mas isso não quer dizer que estes atos, em tal contexto, tenham deixado de possuir a função de obter o alimento. Os operantes são traços que resultam de seleção pelas consequências – algo salientado por vários autores (e.g., Alessi, 1992; Artiga, 2010; Baum, 1997, 2006; Chiesa, 1994; Glenn et al., 1992; Hull et al., 2001; Skinner, 1988), inclusive Rachlin (1976, p. 227ss) –; e é nesta mesma medida que são entidades que possuem funções, na acepção delimitada.

Podemos considerar, então, que comportamentos operantes e comportamentos respondentes incondicionados exibem funções; e quanto aos respondentes condicionados, será que as possuem? É muito provável que sim, posto que são comportamentos aprendidos ontogeneticamente (embora sob bases filogenéticas), como os operantes o são, e que têm, igualmente, uma tendência a contribuir, de maneira biologicamente relevante para o organismo, em relação ao ambiente em que eles se desenvolvem (ainda que não necessariamente em relação a outros ambientes nos quais o organismo venha a interagir). Por exemplo, um comportamento condicionado de salivar, de um cão, eliciado por um som que costuma ser acompanhado por comida, pode, nessa mesma medida, contribuir a coisas como uma preparação prévia para o comportamento alimentar; alguém pode ter certas respostas condicionadas relacionadas a tensões e nervosismos, diante de certos objetos perigosos como pontas de facas afiadas, espinhos ou lanças, por ter-se machucado com objetos semelhantes, o que pode contribuir para proteger-se de novos problemas com eles. Raciocinando por

6) Ringen (1976), contudo, deixa de perceber a generalidade da noção, ao considerar que apenas os operantes a satisfazem, e não os respondentes (sequer os incondicionados).

analogia, essa similaridade dos respondentes condicionados com as demais formas de comportamento é um bom indicio de que eles também exibem funções.

Pode-se ainda mencionar, em apoio desta linha de raciocínio, a parte correlata da caracterização específica de Millikan dessas funções. Segundo Millikan (1984, p. 39ss, 1993b, pp. 13-14), há traços que exibem funções derivadas dos dispositivos que os produzem (na terminologia da autora, funções próprias derivadas), funções essas para além da função de produção desses traços (exibida pelos dispositivos). Exemplo destes são as diferentes pigmentações exibidas pelo camaleão, em conformidade com os pigmentos das superfícies nas quais ele anda; esses traços possuem, claramente, funções relacionadas à proteção e à alimentação do animal, derivadas do dispositivo de rearranjo de pigmentação (o qual, por sua vez, possui a função de alterar a pigmentação). Segundo a própria Millikan, os comportamentos respondentes condicionados também são casos de traços com funções derivadas. Embora comportamentos respondentes condicionados (diferentemente dos operantes) sejam causados por estímulos antecedentes eliciadores, e não por seleção pelas consequências, eles possuem funções deste tipo na medida em que se dão a partir de dispositivos filogenéticos herdados que possuem funções de produzi-los diante de estímulos condicionados, tendo esses dispositivos advindos de processos seletivos por haverem desempenhado essas funções. Logo, caso Millikan estiver correta, há, seguindo seu raciocínio, uma segunda justificativa para a ideia de que também os respondentes condicionados exibem funções.

Por fim, temos, no entanto, algumas qualificações, a partir da consideração de outros aspectos dos comportamentos operantes. Eles são análogos às adaptações produzidas pela seleção filogenética, quando advindos, efetivamente, de seleção direta para eles (Skinner, 1969b, p. 194), mas, algumas vezes, eles não advêm dessa maneira; nomeadamente, quando são análogos ao que Gould e Vrba (1982) chamam de exaptações. As adaptações, segundo a caracterização de Gould e Vrba (1982, pp. 5-6), são traços moldados pela seleção natural para a produção de seus efeitos, os quais são, neste caso, funções. Por exemplo, atribui-se às penas uma origem seletiva, em certa espécie de dinossauro, para o funcionamento como isolantes térmicos, e, assim sendo, são adaptações primárias para termorregulação (ou seja, possuem isso como função). No caso das adaptações produzidas pela seleção operante, trata-se de adaptações em um sentido lato, e não exatamente no mesmo sentido, pelo próprio fato de que a seleção envolvida não é, estritamente, a seleção natural. O comportamento operante de pressionar a alavanca, pelo macaco, no caso do exemplo anterior, é uma adaptação – em acepção lata – para a obtenção de banana, no sentido de que foi selecionado em razão do desempenho desta função.

Gould e Vrba (1982, pp. 5-6) chamam de exaptações os traços que são coaptações; isto é, aqueles traços que, ao invés de serem moldados por seleção direta para uma função, antes originam-se de adaptações prévias (ou seja, a partir de traços prévios que – estes sim – foram moldados pela seleção natural para uma função), ou mesmo a partir de traços que não são adaptações. Segundo Gould e Verba, a realização das exaptações resulta em efeitos sem chegarem estes a ser funções. Por exemplo, as penas das aves, como mencionado, não são (conforme as hipóteses mais aceitas atualmente) uma adaptação primária para o voo, mas elas vieram, mais tarde, a cooptarem para ele, assim sem terem (no referido estágio evolutivo) função relacionada a tal tarefa; mais tarde ainda (em um estágio evolutivo mais recente), tornaram-se adaptações secundárias para o voo, tendo certas modificações em seus formatos e modificações anatômicas nas aves recebido seleção otimizadora dessa tarefa (de modo que passaram a ter esta tarefa como uma função) (Gould e Vrba, 1982, pp. 7-8, p. 11; Sepúlveda et al., 2011, pp. 177-178). Apenas para mencionar outro tipo de caso, alguns traços podem fixar-se ou desaparecer em razão do que é conhecido como deriva genética, ou seja, em razão de mutações genéticas aleatórias, ao invés de por produzirem ou por deixarem de produzir os efeitos ambientais relevantes (Gould e Lewontin, 1979, pp. 590-591; Sepúlveda et al., 2011, pp. 181-182).

Como realça Cleaveland (2002), sabe-se que há padrões operantes análogos às exaptações filogenéticas, pelo menos daquelas correspondentes a coaptações de adaptações prévias. Há estudos que sugerem

que alguns operantes advêm a partir de seleção para outros, ao invés de seleção direta para eles mesmos, embora recebam, posteriormente, seleção direta que os mantém. Por exemplo, Epstein (1987) demonstra que um pombo, havendo adquirido (por seleção pelas consequências e experimentalmente) uma série de novos padrões operantes, tem, sob estímulos ambientais apropriados, a probabilidade de emissão de um comportamento novo, não adquirido anteriormente por seleção direta, aumentada de modo considerável. Em particular, Epstein ensinou a um pombo os (quatro) seguintes operantes: bicar uma banana fac-similar, colocada próxima a ele; subir em uma caixa (de oito centímetros de altura); abrir a porta de um compartimento; e empurrar uma caixa em direção a alvos. A consequência relevante (contingente aos comportamentos respectivos) era a obtenção de grão, em um alimentador. Além disso, Epstein colocou em extinção respostas de voo e de pulo em direção à banana fac-similar. Em seguida, Epstein apresentou ao pombo uma situação diferente, colocando a banana fac-similar fora de seu alcance, mas tornando a obtenção do grão (reforçador) contingente apenas à resposta de bicá-la. A banana fac-similar foi pendurada a uma distância que só poderia (no caso) ser alcançada pelo pombo mediante a caixa, a qual foi colocada dentro do compartimento (que poderia ser aberto), por sua vez colocado do lado oposto à banana fac-similar. O resultado obtido foi que o pombo, não alcançando este alvo, andou até o compartimento e abriu a porta, depois empurrou a caixa em direção ao alvo; até que, quando a caixa ficou debaixo do alvo, subiu na caixa e, finalmente, conseguiu bicá-lo (para estudos experimentais semelhantes, cf., e.g., Epstein et al., 1984; Nakajima e Sato, 1993). Esse caso pode ser entendido como uma cooptação a partir daqueles padrões previamente aprendidos, favorecida por estímulos discriminativos (ou contextos) apropriados. Após o comportamento cooptado produzir a consequência relevante, um novo padrão se fixa e recebe seleção direta, tornando-se uma adaptação operante com relação à diferente situação; mas ele advém, inicialmente, como uma exaptação operante. Exemplos similares de exaptações operantes são, frequentemente, aqueles de comportamentos governados por regras, como aponta Cleaveland (2002, p. 77). É possível que haja exaptações operantes análogas também àquelas de “*spandrels*” (Gould e Lewontin, 1979) e deriva genética; por exemplo, operantes surgidos a partir de modificações neurofisiológicas aleatórias, como aquelas provocadas por doenças degenerativas, conforme salienta Cleaveland (2002, p. 81).

A partir disso, fazemos duas qualificações à linha de raciocínio que vimos explorando. A primeira qualificação é de que, na medida em que os traços comportamentais, tal como traços biológicos funcionais em geral, por vezes não evoluem apenas por seleção direta, mas, antes, incluem sequências de adaptações primárias, exaptações e adaptações secundárias, a pergunta pelas funções deles nem sempre equivale, simplesmente sem mais, à pergunta pelas suas causas seletivas originadoras, como salientam Godfrey-Smith (1994) e Millikan (1993c, p. 41ss). Em alguns casos, as causas seletivas relevantes são apenas mantenedoras, e não aquelas das quais os padrões operantes advêm.

A segunda qualificação é, especificamente, quanto à hipótese geral de que os padrões de comportamento ancoram a teleologia das predicções psicológicas ordinárias: há casos delas que, provavelmente, remetem a exaptações operantes, assim não sendo o caso que tais predicções digam respeito sempre a aspectos funcionais, se Gould e Verba (1982) estiverem corretos em que exaptações resultam apenas em efeitos acidentais, e não em funções. Exemplos de predicções que costumam incluir como possíveis critérios de verdade exaptações operantes são aquelas formadas por predicados como ‘...ser inteligente’ e ‘...ser criativo’; empregamos esses predicados, algumas vezes, com base em comportamentos como, dentre outros, aqueles emitidos pelo pombo de Epstein (1987) pela primeira vez.

Em suma, há bons indícios de que padrões operantes e respondentes de comportamento tendem a exibir funções e, portanto, que as predicções psicológicas ordinárias costumam dizer respeito a entidades funcionais. Mostramos como o behaviorismo teleológico é compatível com a referida hipótese, no que tange aos operantes (inclusive desconsiderando que nossa hipótese não se limita a comportamentos operantes manifestos). O aspecto teleológico da abordagem de Rachlin, se este, de fato, for o caso, é similar ao do

funcionalismo teleológico (embora sem mentalismo). O que se propõe, em todo caso, é uma hipótese construtiva, e não exegetica.

CONCLUSÃO

É razoável que haja comportamentos encobertos que componham padrões de comportamento, tanto operantes como respondentes; e que, assim, estejam envolvidos, às vezes, nos fenômenos aos quais nos remetemos através das predicções psicológicas ordinárias. Entende-se, neste trabalho, comportamentos encobertos como aqueles de observabilidade pública relativamente limitada, mas que possuem as mesmas feições ontológicas dos comportamentos manifestos: os tipos de relações que formam e os fatores causais pelos quais são regidos. Esta é uma maneira de abrigar algumas intuições comuns e importantes a respeito das categorias psicológicas ordinárias. Por exemplo, intuições segundo as quais fenômenos como o de raciocinar e de refletir podem dar-se através de uma “conversa” consigo mesmo; o estar com calor ou irritado pode envolver reações orgânicas que não cheguem a ser bastante perceptíveis na parte externa do corpo; etc. Rachlin rejeita a ideia de comportamentos encobertos em sua abordagem provavelmente por pressupor que ela implique em mentalismo, quando, na verdade, uma análise em termos desta caracterização mostra-se consistente com outros delineamentos de sua abordagem. A associação de Skinner dos comportamentos não manifestos à noção de privacidade é conceitualmente problemática, mas a análise aqui oferecida é independente de tal associação.

Padrões operantes e respondentes de comportamento tendem a exibir funções. Sugere-se, aqui, que esses padrões satisfazem à análise etiológica da noção de função, conforme desenvolvida por autores tais como Wright (1973) e Millikan (1984, 1993a). Deixa-se em aberto se há certos padrões operantes e respondentes que não exibem funções, alguns sendo análogos a exaptações filogenéticas. Assim, há razões em apoio da tese de que predicções psicológicas ordinárias dizem respeito, comumente, a fenômenos que exibem funções. Isso nos permite entender em termos evolucionistas e sem a noção de causa final a imagem sugerida por Rachlin de que predicções psicológicas ordinárias, pelo menos das categorias (a), (b) e (d) – ou seja, relativas às assim chamadas atitudes proposicionais, às afecções e a traços de caráter –, referem-se ao porquê de comportamentos, e não propriamente à maneira como eles ocorrem e a causas eficientes (por exemplo, cerebrais) do interior do corpo.

Propõe-se, neste trabalho, uma abordagem alternativa à de Rachlin, procurando ao mesmo tempo reter certos argumentos e teses dela e incrementar-lhe algumas modificações com novos raciocínios e teses. Segundo a abordagem aqui proposta, as predicções psicológicas ordinárias, pelo menos das categorias (a), (b) e (d), funcionam, normalmente, pela remissão a padrões operantes e, por vezes, respondentes, de comportamentos emitidos pelo sistema inteiro e que não são necessariamente apenas manifestos. Elas não funcionam pela remissão a entidades estruturais do sistema, as quais correspondem apenas a *como* os comportamentos se dão. Os padrões de comportamento costumam possuir funções, as quais correspondem a *por que* os comportamentos ocorrem. Tem-se o que pode ser chamado de um behaviorismo teleofuncional, sendo em parte uma mescla de uma perspectiva comportamental com uma perspectiva teleofuncionalista.

Por fim, vale ressaltar que os argumentos e teses apresentados tanto no primeiro como neste segundo artigo devem ser entendidos como um trabalho em construção e maleável, a ser aprofundado e expandido. Um desiderato é a elaboração de um conjunto de argumentos e teses (e, desta maneira, modelos) sobre subcategorias de (c) – para o que pelo menos algumas contribuições do neorealismo (Tonneau, 2004) e dos próprios behaviorismos radical e teleológico provavelmente são valiosas –, mesmo porque as categorias psicológicas ordinárias possuem conexões importantes entre si.

REFERÊNCIAS

- Alessi, G. (1992). Models of proximate and ultimate causation in psychology. *American Psychologist*, 47, 1359-1370.
- Armstrong, D. M. (1980). The Nature of Mind. Em N. Block (Ed.), *Readings in Philosophy of Psychology* (Vol. 1, pp.191-199). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980. (Trabalho original publicado em 1970.)
- Artiga, M. (2010). Learning and selection processes. *Theoria*, 25, 197-208.
- Baum, W. M. (1997). New paradigm for behavior analysis: A review of *Behavior and mind* by Howard Rachlin. *Behavior Analyst*, 20, 11-15.
- Baum, W. M. (2004). Molar and molecular views of choice. *Behavioural Processes*, 66, 349-359.
- Baum, W. M. (2006). *Compreender o behaviorismo: Comportamento, cultura e evolução* (M. T. A. Silva et al., Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed. (Trabalho originalmente publicado em 1994.)
- Bennett, M. R., & Hacker, P. M. (2003). *Philosophical foundations of neuroscience*. Oxford: Blackwell.
- Block, N. (1980). What is functionalism? Em N. Block (Ed.), *Readings in philosophy of psychology* (Vol. 1, pp.171-184). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Borba, A., & Tourinho, E. Z. (2009). Instrumentalidade e coerência do conceito de eventos privados. *Acta Comportamental*, 18, 279-296.
- Chediak, K. (2011). Funções e explicações funcionais em biologia. Em P. C. Abrantes (Ed.), *Filosofia da biologia* (pp.83-96). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Chiesa, M. (1994). *Radical behaviorism: The philosophy and the science*. Boston: Authors Cooperative.
- Cleaveland, J. M. (2002). Beyond trial-and-error in a selectionist psychology. *Behavior and Philosophy*, 30, 73-99.
- Dennett, D. (1987). *The intentional stance*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Dennett, D. (1995). *Darwin's dangerous idea: Evolution and the meanings of life*. New York: Simon & Schuster.
- Epstein, R. (1987). The spontaneous interconnection of four repertoires of behavior in a pigeon (*Columba livia*). *Journal of Comparative Psychology*, 101, 197-201.
- Epstein, R., Kirshnit, C. E., Lanza, R. P., & Rubin, L. C. (1984). 'Insight' in the pigeon: Antecedents and determinants of intelligent performance. *Nature*, 308, 61-62.
- Glenn, S. S., Ellis, J., & Greenspoon, J. (1992). On the revolutionary nature of the operant as a unit of behavioral selection'. *American Psychologist*, 47, 1329-1336.
- Godfrey-Smith, P. (1994). A modern history theory of functions. *Noûs*, 28, 344-362.
- Gould, S. J., & Lewontin, R. C. (1979). The spandrels of San Marco and the Panglossian paradigm: A critique of the adaptationist programme. *Proceedings of the Royal Society of London*, B 205, 581-598.
- Gould, S. J., & Vrba, E. S. (1982). Exaptation: A missing term in the science of form. *Paleobiology*, 8, 4-15.
- Hull, D. L., Langman, R. E., & Glenn, S. S. (2001). A general account of selection: Biology, immunology, and behavior. *Behavioral and Brain Sciences*, 24, 511-573.
- Logue, A. W. (1995). Form, function, and self-control. *Behavioral and Brain Sciences*, 18, 136.
- Lycan, W. G. (1981). Form, function, and feel. *Journal of Philosophy*, 78, 24-50.
- Mayr, E. (1961). Cause and effect in biology. *Science*, 134, 1501-1506.
- Millikan, R. G. (1984). *Language, thought, and other biological categories: New foundations for realism*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Millikan, R. G. (1993a). *White queen psychology and other essays for Alice*. Cambridge, MA: MIT Press.

- Millikan, R. G. (1993b). In defense of proper functions. Em *White queen psychology and other essays for Alice* (pp.13-29). Cambridge, MA: MIT Press. (Trabalho original publicado em 1989.)
- Millikan, R. G. (1993c). Propensities, exaptations, and the brain. Em *White queen psychology and other essays for Alice* (pp.31-50). Cambridge, MA: MIT Press.
- Moore, J. (2001). On psychological terms that appeal to the mental. *Behavior and Philosophy*, 29, 167-186.
- Moore, J. (2008). *Conceptual foundations of radical behaviorism*. Cornwall-on-Hudson, NY: Sloan.
- Neander, K. (1991). Functions as selected effects: The conceptual analyst's defense. *Philosophy of Science*, 58, 168-184.
- Nakajima, S., & Sato, M. (1993). Removal of an obstacle: Problem-solving behavior in pigeons. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 59, 131-145.
- Nunes-Neto, N. F., & El-Hani, C. N. (2009). O que é função? Debates na filosofia da biologia contemporânea. *Scientiae Studia*, 7, 353-401.
- Oliveira-Castro, J. M. (2000). The negative function of 'doing in the head' and behavioristic interpretations of private events. *Mexican Journal of Behavior Analysis*, 26, 1-21.
- Palmer, D. C. (2009). The role of private events in the interpretation of complex behavior. *Behavior and Philosophy*, 37, 3-19.
- Rachlin, H. (1976). *Behavior and learning*. San Francisco, CA: Freeman.
- Rachlin, H. (1985). Pain and behavior. *Behavioral and Brain Sciences*, 8, 43-83.
- Rachlin, H. (1988). Mental, yes; private, no. Em A. C. Catania & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior* (pp.200-201). New York: Cambridge University Press.
- Rachlin, H. (1994). *Behavior and mind: The roots of modern psychology*. New York: Oxford University Press.
- Rachlin, H. (1995). Self-Control: Beyond Commitment. *Behavioral and Brain Sciences*, 18, 109-159.
- Rachlin, H. (2005). What Müller's law of specific nerve energies says about the mind. *Behavior and Philosophy*, 33, 41-54.
- Rachlin, H. (2007). A behavioral science of mental life: Comments on Foxall's 'intentional behaviorism'. *Behavior and Philosophy*, 35, 131-138.
- Ringel, J. D. (1976). Explanation, teleology, and operant behaviorism: A study of the experimental analysis of purposive behavior. *Philosophy of Science*, 43, 223-256.
- Ryle, G. (1949). *The concept of mind*. London: Hutchinson.
- Sepúlveda, C., Meyer, D., & El-Hani, C. N. (2011). Adaptacionismo. Em P. C. Abrantes (Ed.), *Filosofia da biologia* (pp.162-192). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: Macmillan.
- Skinner, B. F. (1969a). Behaviorism at fifty. Em *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp.221-268). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1963.)
- Skinner, B. F. (1969b). The phylogeny and ontogeny of behavior. Em *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp.173-217). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1966.)
- Skinner, B. F. (1976). *About Behaviorism*. New York: Vintage Books. (Trabalho originalmente publicado em 1974.)
- Skinner, B. F. (1988). Selection by consequences. Em A. C. Catania & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior* (pp.11-20). New York: Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1981.)
- Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45, 1206-1210.
- Sober, E. (1985). Panglossian functionalism and the philosophy of mind. *Synthese*, 64, 165-193.
- Tonneau, F. (2004). Consciousness outside the head. *Behavior and Philosophy*, 32, 97-123.

- Tourinho, E. Z. (2006). Private stimuli, covert responses, and private events: Conceptual remarks. *Behavior Analyst*, 29, 13-31.
- Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical investigations* (G. E. Anscombe, Trans.). Oxford: Blackwell.
- Wright, L. (1973). Functions. *Philosophical Review*, 82, 139-168.

Received: April 19, 2012

Accepted: May 11, 2012